

Novo ECIC aprovado na Assembleia da República não combate a precariedade laboral!

**PSD e PS, com a cumplicidade de outros, desperdiçaram
mais uma oportunidade para se conseguir uma carreira de
investigação científica moderna, justa e valorizada!**

**Foi aprovado no dia 14 de março, na Assembleia da República (AR), o novo
Estatuto da Carreira de Investigação Científica (ECIC).**

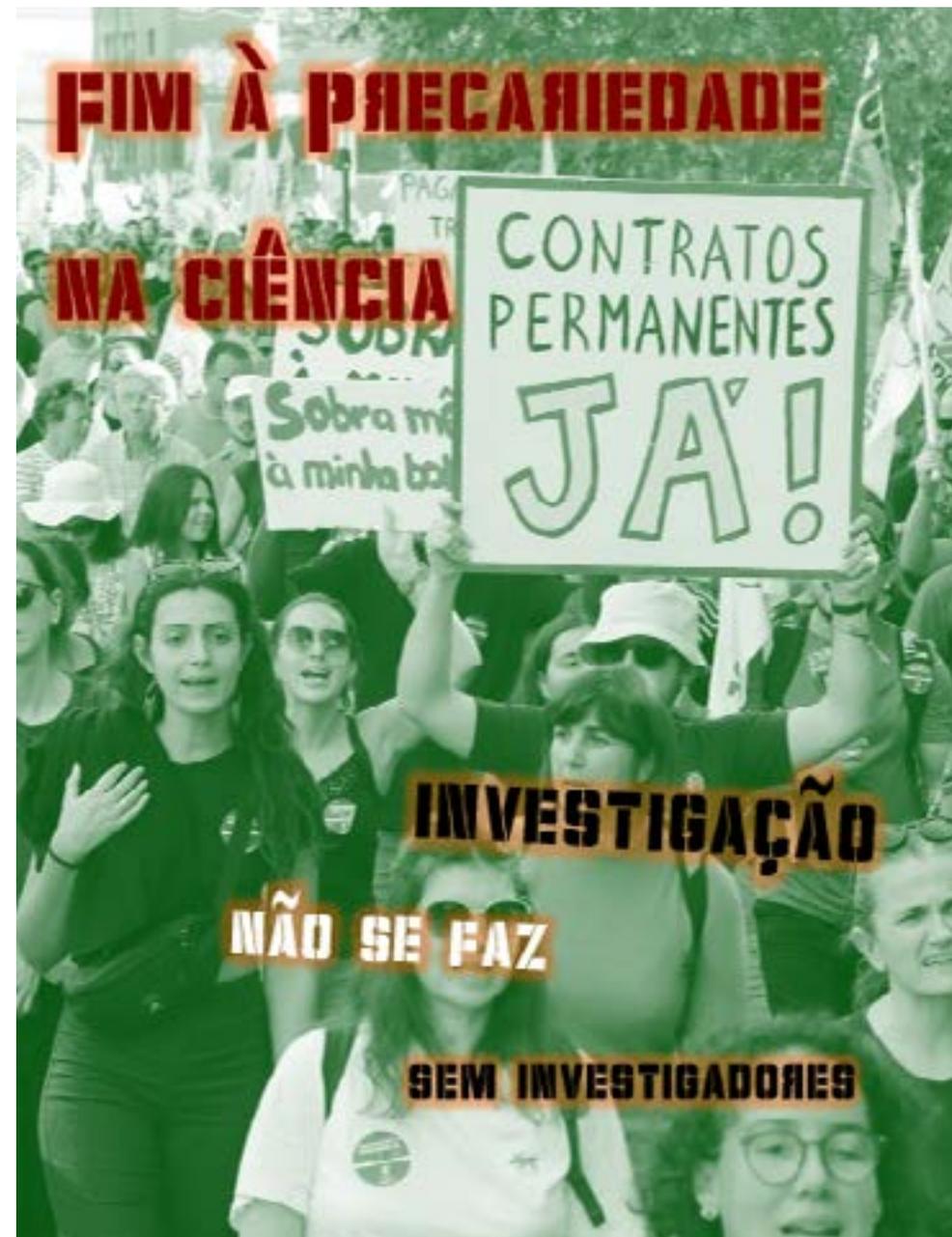
É um facto que esse documento reflete diversas indicações e sugestões incluídas nos pareceres detalhados que, desde o ano passado, a FENPROF apresentou sobre os sucessivos projetos do Governo PSD/CDS-PP e propostas do PS, tanto em mudanças realizadas nos documentos, como em propostas de alteração que foram agora aprovadas.

Lamentamos a reprovação das propostas do BE e do PCP para a inclusão de um Regime transitório que permita a integração na carreira de investigação dos trabalhadores científicos com contratos precários há mais de seis anos. As propostas foram rejeitadas com os votos contra do PSD, votos a favor do BE, PCP, Livre e Chega, e a abstenção do PS e da IL, que na prática, contribuiu para este desfecho negativo para os investigadores.

PSD e PS também asseguraram a instituição da obrigatoriedade de prestação de serviço docente por parte dos investigadores, cedendo às reivindicações do CRUP e com grave prejuízo para os investigadores, que ficam assim condicionados na possibilidade de poderem dedicar-se, cabalmente, à sua missão principal: desenvolver trabalho de investigação científica, incluindo a preparação e execução de projetos nacionais e internacionais.

Apesar destes revezes, os ganhos já conquistados mostram que a luta compensa, mas também que é preciso dar-lhe continuidade.

**O SPN CONTINUARÁ A LUTAR PELA VALORIZAÇÃO
DA SITUAÇÃO LABORAL DOS INVESTIGADORES
E POR UM ESTATUTO JUSTO E VALORIZADOR!**



membro da
FENPROF
e da CGTP



Sindicato dos
Professores do Norte

MANIFESTO CONTRA A PRECARIIDADE NA CIÊNCIA

Pela Integração na Carreira já!

No âmbito da FENPROF o SPN tem lutado por um conjunto de reivindicações entre as quais:

Emprego científico de doutorados

Desde 2017, com o Programa de Estímulo ao Emprego Científico, foram financiados com dinheiro público: 7025 contratos de trabalho (investigação, desenvolvimento tecnológico, gestão e comunicação de ciência); 1431 contratos de bolsa pós-doutoral, a maioria dos atuais contratos terminarão em menos de um ano.

QUEREMOS:

- Garantia de que o dinheiro hoje alocado ao emprego científico continue a financiar emprego de doutorados.
- Reconhecimento e continuidade do trabalho científico desenvolvido no Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN).

Garantir um mecanismo permanente de financiamento para a contratação na carreira de investigação científica e para a investigação

Recurso quase total à contratação a prazo levou ao esvaziamento da carreira de investigação científica. Coloca em causa o funcionamento do SCTN, o acesso a contratos permanentes não pode ser restringido, discriminando trabalhadores e instituições.

O financiamento limitado de projetos de investigação (taxas de aprovação <8%), a falta de regularidade dos concursos, os atrasos na afixação dos resultados e a sua curta duração, comprometem a qualidade da investigação.

QUEREMOS:

- Urgente definição de mecanismo permanente e continuado de financiamento da integração na carreira de investigação científica com necessária dotação orçamental em sede de OE Imediata definição de garantias de efetivo financiamento dos concursos para a carreira decorrentes do DL57.
- Ingresso imediato e progressão de trabalhadores que há décadas garantem o funcionamento do SCTN.
- Financiamento anual de projetos de investigação FCT (fundamental e aplicada) de longa duração (>3 anos), e cumprimento de prazos para divulgação dos resultados.

Revogar o Estatuto do Bolseiro de Investigação e substituir todas as bolsas por contratos de trabalho

A contratação de investigadores através de bolsas de investigação é uma das principais formas de precarização dos trabalhadores científicos.

O Estatuto do Bolseiro de Investigação (EBI) não assegura os mais básicos direitos laborais, estes Investigadores não são considerados trabalhadores apesar de produzirem ciência e contribuírem para o SCTN.

Contribuições deficitárias para a Segurança Social com este vínculo

QUEREMOS:

- Revogação do EBI.
- Substituição de todas as bolsas por contratos de trabalho.
- Garantia da consagração de direitos a estes trabalhadores e combate à desproteção absoluta a que o EBI os relega.
- Criação de mecanismos de compensação para reformas de todos os que trabalham ou trabalharam ao abrigo do EBI.
- Atualização de forma sustentada do valor das bolsas de forma a corresponder ao aumento do custo de vida, com uma atualização extraordinária ainda em 2025.
- Reversão do desproporcionado aumento de bolsas em ambiente não académico.

Contratar permanentemente trabalhadores que desempenham funções técnicas, de gestão de ciência e funções próximas

O PREVPAP não foi solução!

Grande número de trabalhadores permanece ao abrigo de vínculos inadequados

- Contratos a prazo, contratos de bolsa e vínculos pontuais.
- Desempenhando continuamente nas mesmas instituições, funções técnicas, de gestão de ciência e outras funções próximas.

QUEREMOS:

- Alteração urgente desta situação.
- Integração e valorização funcional e salarial dos trabalhadores que exercem funções de carácter permanente.

Revisão do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES)

- O RJIES desresponsabilizou o Estado criando o estatuto fundacional.
- Permitiu centralização excessiva da gestão e governança institucional.
- Possibilitou a criação de novos tipos de centros de investigação de direito privado.
- Subjugou a democracia e a liberdade académicas a mecanismos concorrenciais.
- Instrumentalizou o ensino e a produção do conhecimento.
- Favoreceu a precarização dos trabalhadores científicos.
- Alargou as assimetrias institucionais.
- Intensificou mecanismos endogâmicos, problemas de saúde mental e situações de assédio.

QUEREMOS:

- Uma gestão colegial, participada e democrática!
- Instituições de Ensino Superior que sejam norteadas pelo bem comum.
- A construção de uma academia de ensino e de formação humanística.
- Que a reflexão crítica desempenhe um papel central.

